



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Nº 07 – 04/05/2026

Às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) do dia 04 de maio de 2026, reuniram-se, em caráter ordinário, os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis – ANGRAPREV, devidamente nomeados pelas Portarias vigentes, com a presença de todos os seus membros, a saber: Emídio Marinheiro da Silva Filho, Matheus Fernandes Lopes, Pedro Causa da Cunha Miguel Souza, Fernando de Moraes Ribeiro e Aline Hadama Coelho. A reunião contou, ainda, com a presença do Diretor-Presidente, Sr. Carlos Renato Pereira Gonçalves. Foram pautadas para discussão e deliberação as seguintes matérias: **1) Aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos – janeiro, fevereiro e março de 2026.** Inicialmente, foram apresentados os Relatórios Mensais de Investimentos referentes aos meses de fevereiro e março de 2026, cuja disponibilização restou postergada em razão da necessidade de atualização da metodologia de cálculo da rentabilidade no sistema de geração de relatórios da Di Blasi, consultoria de investimentos contratada pelo Angraprev. Na oportunidade, foi também reapresentado o relatório do mês de janeiro, em versão atualizada, anteriormente já aprovado, em decorrência da adoção do **Método Dietz Simples** para apuração da rentabilidade. Esclareceu-se que a alteração metodológica implementada não implicou qualquer modificação nos valores financeiros apurados em reais, restringindo-se exclusivamente à forma de cálculo dos percentuais de rentabilidade. Destacou-se que a nova metodologia proporciona maior precisão na mensuração do desempenho, ao refletir de forma mais adequada as movimentações e realocações ocorridas no período, conforme detalhado na ata da 6ª reunião do Comitê. Ressaltou-se, ainda, que, em razão da adoção do Método Dietz Simples, verificou-se variação positiva nos percentuais de rentabilidade apurados. A rentabilidade do mês de janeiro, anteriormente apurada em 1,82% pela metodologia anterior, passou a 2,34%, enquanto as rentabilidades dos meses de fevereiro e março foram apuradas em 1,41% e 0,61%, respectivamente. No acumulado até o fechamento de março de 2026, a carteira apresentou rentabilidade de 4,43%, frente a uma meta atuarial de 3,32% no mesmo período, correspondendo a 133,76% da meta. Após as considerações, os três relatórios foram submetidos à deliberação, sendo aprovados por unanimidade pelos membros do Comitê. **2) Proposta de novas aquisições de títulos públicos federais (NTN-B).** Na sequência, com a palavra, o Sr. Matheus Lopes apresentou análise do cenário macroeconômico recente, com destaque para o comportamento da inflação medida pelo IPCA, a qual vem se mantendo em patamar elevado nos últimos meses. Foi ressaltado que a persistência desse cenário inflacionário decorre, em parte, de fatores externos, especialmente a elevação dos preços do petróleo em razão de tensões geopolíticas no Oriente Médio, incluindo o conflito envolvendo o Irã e seus reflexos no Estreito de Ormuz, impactando custos de transporte, energia e cadeias produtivas globais. Nesse contexto, destacou-se que o elevado nível do IPCA tem impactado diretamente o atingimento das metas mensais de rentabilidade, na medida em que, nos últimos meses, os fundos referenciados DI têm apresentado desempenho inferior à meta atuarial do Instituto, composta por



IPCA acrescido de taxa de juros real. Diante desse cenário, foi apresentada proposta de realização de novas alocações em títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-B), com o objetivo de promover melhor aderência da carteira à meta atuarial, bem como capturar taxas reais atrativas no atual ambiente de mercado. Sugeriu-se, preliminarmente, a aplicação de aproximadamente R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), por meio de participação em leilão do Tesouro Nacional a ser realizado no dia 05 de maio de 2026, com alocação distribuída, a princípio, em dois vértices: um com vencimento em 2029 e outro com vencimento em 2040. No que se refere à origem dos recursos, consignou-se que o montante proposto será proveniente dos seguintes fundos: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) do CAIXA FIC TOP PRIVATE REF DI LP (CNPJ nº 19.769.018/0001-80), R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) do BB PREVID RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC DE FI (CNPJ nº 13.077.418/0001-49) e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) do BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM (CNPJ nº 03.399.411/0001-90). Ademais, registrou-se que, caso o valor efetivo da aquisição supere o montante inicialmente previsto, o valor adicional necessário será complementado com recursos oriundos do fundo TREND PÓS-FIXADO FIC FIRF SIMPLES RL (CNPJ nº 26.559.284/0001-44), o qual é habitualmente utilizado como fundo de zeragem para operações de compras de TPFs. O Comitê registrou a relevância da estratégia apresentada, consignando que a proposta será acompanhada de acordo com as condições de mercado no momento da execução. **3) Renovação de credenciamento de instituições financeiras.** Dando continuidade, o Sr. Matheus Lopes informou que foram concluídos os processos de renovação de credenciamento das seguintes instituições: a) **Confederação das Cooperativas Sicredi** (CNPJ nº 03.795.072/0001-60), na qualidade de gestora; b) **Banco Cooperativo Sicredi S.A.** (CNPJ nº 01.181.521/0001-55), na qualidade de administradora e distribuidora. Com base no disposto no art. 103 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e no art. 1º, § 1º, inciso VI da Resolução CMN nº 5.272/2025, o Comitê de Investimentos tomou ciência dos processos realizados e aprovou, por unanimidade, as referidas renovações. Registrou-se, ainda, que, em atendimento ao art. 1º, § 3º da Resolução CMN nº 5.272/2025, foram observados, nas instituições credenciadas, critérios como histórico de atuação, volume de recursos sob gestão e administração, solidez patrimonial, dentre outros aspectos relevantes. Adicionalmente, consignou-se que foram formalmente atestados todos os requisitos previstos no art. 103, § 3º da Portaria MTP nº 1.467/2022, conforme detalhado nos respectivos Termos de Análise e Atestado de Credenciamento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Eu, Pedro Causa da Cunha Miguel Souza, Secretário do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Emídio Marinheiro da Silva Filho
Mat. 2500382

Aline Hadama Coelho
Mat. 2500352

Matheus Fernandes Lopes
Mat. 2500273

Pedro Causa da Cunha Miguel Souza
Mat. 2500367

Fernando de Moraes Ribeiro
Mat. 25000262